Agenda para a Inovação e Empreendedorismo Social em Portugal

Março de 2018

PORTUGAL AGORA
ESTRATÉGIA E AÇÃO

Agenda para a Inovação e Empreendedorismo Social em Portugal

Estratégias e Propostas

Grupo de Trabalho da Plataforma Portugal Agora

Março de 2018

Nota inicial de agradecimento

A Equipa de Coordenação da plataforma Portugal Agora agradece a todos(as) os(as) participantes deste grupo de trabalho pelo seu investimento de tempo, partilha de conhecimento e experiências que culminam com esta agenda conjunta. Foi um trabalho empenhado, puramente voluntário, que é agora entregue e posto ao serviço da sociedade e, em particular, de todas as instituições e cidadãos que possam desenvolver esforços para concretização desta visão, estratégias e propostas concretas.

Colaboradores:

Alexandra Rebelo

António Miguel

Carlos Azevedo

Domingos Folque Guimarães

Fernanda Freitas

Fernando Amaro

Filipe Santos

Frederico Cruzeiro Costa

Graça Quintas

Guilherme Collares Pereira

Henrique Sim-Sim

Maria Inês Sequeira

Margarida Pinto Correia

Margarida Couto

Mariana Canto e Castro

Miguel Amaral

Miguel Leocádio

Nuno Frazão

Sofia Lage

Sónia Gonçalves

Vera Egreja Barracho

Coordenadores do projeto:

Carlos Sezões

Filipa Pires de Almeida

Índice

Introdução 5

Portugal e a Economia de Impacto 6

Análise Estratégica 9

Propostas por dimensões 11

1. **Educação, formação e empregabilidade** 11
2. **Coesão territorial** 14
3. **Saúde** 16
4. **Envelhecimento ativo** 18
5. **Ambiente e sustentabilidade dos recursos** 20

Eficiência do ecossistema de empreendedorismo e inovação e social 22

6. **Contratação pública** 22
7. **Cooperação inter-setorial para resolução de desafios comuns** 24
8. **Investimento social** 27
9. **Questões legais** 30
10. ***Governance* das organizações na economia social** 32

Conclusão e próximos passos 34

Introdução

A Sociedade e Economia contemporâneas vivem hoje mudanças profundas e desafios à gestão dos seus recursos, à eficiência das estruturas sociais e à plena realização de todo o potencial humano. As possibilidades trazidas pela tecnologia, pela inovação e pela ciência são cada vez maiores, e o grande desafio da Humanidade encontra-se na imensa utilidade e capacidade transformadora que pode gerar a partir dos recursos disponíveis, de forma a torná-los úteis à resolução dos desafios mais prementes da sociedade e do planeta.

O cidadão de hoje é talvez o mais capacitado e informado de sempre e, no entanto, parece ainda frequentemente rendido ao individualismo, desmotivado e menos interventivo na causa pública e na vida comum da comunidade. As empresas, por sua vez, apesar do foco crescente na sua responsabilidade social, guiam-se ainda, de modo prioritário, pela maximização do valor acionista. Por sua vez, os governos, envelhecidos, desgastados, com processos de funcionamento arcaicos, e com cada vez menos poder de decisão e impacto, revelam-se cada vez mais impotentes para resolver os novos problemas de sociedades endogenamente menos homogéneas, em termos de necessidades e riqueza.

Assim sendo, constatamos que a Europa, berço de alguns dos mais nobres princípios e valores do humanismo e progresso social, sente-se hoje num momento de inquietante desorientação e dúvida auto-governativa, em que algumas das "receitas" que deram origem ao desenvolvimento económico e social atual, se tornam uma ameaça à sua sustentabilidade e robustez societária.

Em Portugal, constatamos uma grande evolução social e económica nas últimas décadas, fruto do esforço de todos os agentes da sociedade (dos governos às autarquias, dos cidadãos às empresas, das escolas às universidades). Contudo, os desafios sociais que enfrentamos, já menos assentes na pobreza material, são hoje ainda bastante complexos. Na saúde, na educação, na empregabilidade, na cultura, na defesa do ambiente ou no combate à exclusão social, necessitamos de intervenções coordenadas, inovadoras e eficientes.

O modelo antigo, mas enquistado de captura de valor e defesa de interesses corporativos e de classes, é hoje obsoleto. Empresas, cidadãos e Estado, alinham-se cada vez mais pela criação de valor e geração de impacto. As novas gerações, formadas na era do conhecimento, com mundividência e detentoras de imenso potencial, são mais inquietas, socialmente conscientes e procuram ser cada vez mais contributivas, apesar de ser hoje mais desafiante perceberem como atuar de forma eficaz para gerar impacto.

Por estes motivos, o momento de hoje é de grande desafio e de maior oportunidade! É neste contexto que surge, de forma evidente, a oportunidade imensa de usar o potencial de cada indivíduo e organização, a sua capacidade criadora e empreendedora e as suas aspirações mais profundas como ser social, ao serviço dos maiores desafios da sociedade. A esta oportunidade chamamos empreendedorismo e inovação social!

Este grupo de trabalho, de cidadãos independentes, mas conscientes da sua vontade de intervir positivamente, propõe-se diagnosticar, analisar e propor estratégias e medidas concretas para uma Agenda para o Empreendedorismo e Inovação Social em Portugal, que possam acelerar o desenvolvimento desta área de transversalidade setorial, em Portugal.

É nossa intenção focar de forma muito prática dimensões como a promoção da inovação social nas áreas da educação, formação e capacitação dos agentes da economia social, propor medidas na área de *governance* e práticas de gestão das instituições, ajudar a pensar soluções legislativas para o setor, propor medidas que permitam melhorar o financiamento da inovação social e a escala dos projetos empreendedores, entre outros. Pretende-se, de forma clara, e a partir de alguns dos desafios que mais nos inquietam na sociedade portuguesa, propor medidas concertadas para a sua resolução.

Propomo-nos, com estas medidas, promover um empreendedorismo social mais ativo, estratégico e cirúrgico que traga o melhor do conhecimento e da energia deste setor vibrante para o palco de um modelo de desenvolvimento humano, centrado das pessoas, na sociedade, no planeta, de forma disruptiva e eficaz.

Portugal e a Economia de Impacto

O empreendedorismo e inovação social, envolvendo o desenvolvimento de novas soluções para problemas da sociedade, vem mudar abordagens sociais, económicas e políticas e conduz-nos a novo rumo, voltado e conduzido para o homem, enquanto agente central e motor da mudança societária. É um conceito que nos leva a exponenciar a verdadeira vivência do princípio da subsidiariedade, numa lógica de descentralização e responsabilização de cada indivíduo, cada empresa e cada entidade pelo bem-estar social e pelo impacto positivo.

O empreendedorismo social vem tornar os nossos desafios (inevitáveis) em verdadeiros propulsores de respostas inovadoras que, pela sua própria génese, são a origem da mudança e progresso necessários. Este acontece, como nos indica uma das suas definições mais citadas, pela *"procura e implementação de soluções inovadoras e sustentáveis para problemas importantes e negligenciados da sociedade que se traduz em Inovação Social sempre que se criam respostas mais eficazes para os problemas em questão"*, (2012 Santos, Filipe – Journal of Business Ethics).

Em Portugal, e por todo o globo, o empreendedorismo social já muda paradigmas. No nosso país, são vários os exemplos que nos mostram como a inovação social é uma base crucial para a resolução definitiva dos desafios sociais.

Vislumbra-se já uma verdadeira sustentação para uma economia integrada e de impacto e Portugal deve ser um palco inevitável para o seu desenvolvimento. Sabemos que o caminho a trilhar será em conjunto. O empreendedorismo social veio reiteradamente demonstrar que as barreiras existentes entre áreas e setores de atividade são cada vez mais ténues e afortunadamente condenadas a um gradual desaparecimento. Veio abrir a possibilidade de uma ação conjunta entre empresas que se alinham por um propósito societário vincado, entre um Estado "empoderador" e que confia na capacidade interventiva e eficiente do setor social e dos cidadãos, fazendo bancos, startups, misericórdias, mutualidades, cooperativas, associações e o próprio setor público alinharem-se por objetivos comuns de impacto.

Na verdade, à medida que entramos numa nova era de desenvolvimento, cabe-nos adotar paradigmas inteligentes, efetivos e que acompanhem o desenvolvimento mais avançado dos negócios, da técnica e da ciência em favor do nosso último e central objetivo: a melhoria das

nossas condições de vida e da sua qualidade efetiva. Neste sentido, os setores social, privado e público devem inevitavelmente estar alinhados por valores, uma missão e ação comum, que nos cabe exponenciar.

O empreendedorismo social português atua por meio de empresas, dos cidadãos ativos e do próprio Estado que, com iniciativas como o "Portugal Inovação Social" deu um exemplo de pioneirismo no uso dos fundos públicos ao serviço da capacitação e financiamento da Economia Social.

De facto, Portugal tem vindo a assumir uma posição vanguardista nas áreas do empreendedorismo e inovação social, seguindo e liderando os objetivos europeus de um crescimento cada vez mais sustentável e inclusivo. Foi aliás distinguido pela *The Economist* como um dos sete países no mundo em destaque por ter uma política nacional ativa de estímulo à inovação social. Muito podemos referenciar em termos de metas e bons resultados que já atingimos:

- Lançámos a primeiro *Título de Impacto Social* no ano de 2015 em parceria entre setor público, privado e social;
- Fomos o primeiro país do mundo a ser mapeado em termos de inovação social, com o MIES – Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social;
- Fomos o primeiro país europeu a alocar 150 milhões de euros de financiamento público para a inovação social;
- 3.2% da população Portuguesa em idade ativa está a lançar organizações de missão social; isto significa que 160,000 pessoas estão a procurar empreender para criar um mundo melhor;
- Grandes empresas nacionais e internacionais a operarem em Portugal estão cada vez mais alinhadas com os valores da Economia orientada pelo conceito da inovação social e tem vindo a construir projetos altamente inovadores junto de vários públicos.
- Ao nível académico, várias Universidades têm dedicado parte dos seus programas e investigações à área do empreendedorismo e inovação social
- Temos a primeira escola de negócios sociais do mundo (IES-Social Business School) que já formou e capacitou largos milhares de empreendedores sociais.
- Temos hoje uma proliferação de incubadoras sociais públicas e privadas, em Lisboa e em várias zonas do país, tendo criado a primeira incubadora social em parceria com o Banco Europeu de Investimento, em Amarante.
- Foi no nosso país que se realizou, em Novembro de 2017, a primeira grande conferência da Comissão Europeia dedicada ao tema da inovação social.

Entre estes indicadores de sucesso, poderíamos mencionar ainda mais, que certamente faltarão.

Julgamos, no entanto, que a Agenda da Inovação e Empreendedorismo Social está ainda incompleta e, em temas de capacitação, investimento social, atuação cívica, cooperação intersectorial, educação para a intervenção social, tecnologia ao serviço da inovação social, etc. ainda muito pode e deve ser feito no nosso país.

Neste sentido, a plataforma *Portugal Agora* coloca a si própria e a todos as partes interessadas um desafio: diagnosticar, analisar e propor de uma forma sustentada **medidas para uma Agenda na área da Inovação e Empreendedorismo Social em Portugal.**

Pretendemos, reunindo um grupo de cidadãos alinhados com este propósito, apresentar um conjunto estruturado e coerente de propostas para uma economia mais próspera, inclusiva, sustentável e promotora de desenvolvimento económico e do aumento do bem-estar.

Análise Estratégica

Da análise efetuada por este grupo de trabalho, resultou a **identificação de dimensões estratégicas**, alinhadas com os **principais desafios com os quais o país se confronta, passíveis de serem encarados pelas dinâmicas de inovação social**.

É este enquadramento que nos **move à ação** e nos leva a um confronto saudável entre o que identificamos como problemático e que nos conduz na busca de soluções inovadoras.

As propostas desta agenda são transversais, no sentido de melhorar o contexto para a inovação social e empreendedorismo social em Portugal. Consideramos as mesmas como as bases e ferramentas de resolução dos desafios identificados.

Assim identificamos como principais dimensões / desafios para a inovação social em Portugal:

- Desafios gerais:
    - Educação, formação e empregabilidade
        - Educação ainda pouco adaptada à era digital
        - Educação pouco direcionada para uma intervenção com cidadania ativa
        - Qualificação desajustada das necessidades do mercado
        - Desemprego jovem e NEETs, bem como desemprego de longa duração ainda preocupantes, derivado por vezes de desenquadrada orientação vocacional
        - Baixa literacia financeira que leva ao sobre-endividamento das famílias
        - Pouca informação e conhecimento sobre mercados de trabalho do futuro
        - Maior necessidade de ajuste da formação e reconversão laboral ao longo do ciclo de vida
    - Coesão territorial
        - Despovoamento do interior
        - Fraca dinamização económica-empresarial do interior
        - Poucas oportunidades ao nível do emprego nas regiões de baixa densidade
        - Níveis de formação e literacia abaixo da média em regiões de baixa densidade /interior
        - Recursos, serviços e infraestruturas muito concentradas nas regiões litorais
    - Saúde
        - Doença mental com níveis preocupantes
        - Obesidade, essencialmente infantil, e doenças associadas, como diabetes
        - Hábitos alimentares pouco saudáveis
    - Envelhecimento ativo
        - Solidão e depressão na terceira idade
        - Problemas sociais e políticos associados ao desequilíbrio da pirâmide etária - insustentabilidade das finanças públicas nas contribuições sociais
    - Ambiente e gestão dos recursos
        - Escassez de recursos hídricos

- Poluição ainda preocupante
- Necessidade de maior consciencialização para reciclagem e reutilização de recursos e economia circular
- Necessidade de mais aprofundamento e massificação das energias limpas

- Eficiência do ecossistema de empreendedorismo e inovação e social
  - Contratação pública
    - Setor público pouco eficiente na facilitação da resolução dos problemas sociais mais prementes
    - Processos de contratação pública pouco ajustados à necessidade de eficiência e ao impacto real das medidas a executar
  - Cooperação inter-setorial para resolução de desafios comuns
    - Estado burocrático, protetor, distribuidor e ainda pouco incentivador do uso eficiente dos recursos privados e coletivos
    - Muita desconfiança na cooperação intersectorial e na modernização das abordagens sociais
  - Investimento social
    - Entidades e iniciativas de impacto pouco atrativas para financiamento
    - Projetos com qualidade, mas com falta de competitividade
    - Pouca atratividade e tração de capital para investir em inovação social
    - Setor subfinanciado, muito dependente do financiamento estatal
  - Questões legais
    - Enquadramento legal que não favorece os benefícios à resolução de problemas sociais importantes
    - Sistemas de enquadramento legal ainda pouco adaptados a modelos lucrativos geradores de impacto
  - *Governance* das organizações na economia social
    - Processos de governance pouco eficazes
    - Muito trabalho voluntario e pouco orientado à eficiência e gestão de recursos
    - Necessidade de uma gestão mais profissionalizada
    - Setor muito orientado para a execução do de procedimentos habituais e com foco ainda incipiente em inovação, resultados e medição de impacto
    - Setor com maior necessidade de aprofundamento na área digital
    - Necessidade de maior transparência na gestão e prestação de contas do setor, de forma a ser mais atrativo para os variados *stakeholders*.

Propostas por dimensões

As propostas apresentadas por este grupo de trabalho alinham-se com as dimensões / desafios para o empreendedorismo e inovação social em Portugal, atrás identificados:

1. Educação, formação e empregabilidade

A Educação é um pilar básico para qualquer sociedade e, em Portugal, este setor foi objeto de um enorme esforço de investimento e desenvolvimento nos últimos 40 anos. Com efeito, o inevitável desafio quantitativo de massificar e democratizar o acesso à educação marcou as últimas décadas. Hoje, novos desafios emergem. Por um lado, o incremento tecnológico e a maior celeridade dos ciclos de inovação trazem consigo maiores exigências – pelo que o conhecimento e as competências necessitam ser renovadas com cada vez maior regularidade, sob pena da obsolescência" dos profissionais. Por outro lado, a mudança nos modelos de trabalho, os modelos educativos mais abertos e o impacto que tal terá na sociedade exige novas competências comportamentais a que os vários sistemas de formação deverão atender. Neste novo paradigma, dito de formação ao longo da vida, os vários agentes (empresas, universidades, profissionais, empresas e centros de formação, associações) têm novos patamares de exigência que a inovação social pode solucionar - dos modelos de ensino/ aprendizagem às estratégias de reconversão que garantam uma empregabilidade consistente.

Proposta 1.1 - Programas "Bootcamp" para empreendedorismo sénior

Plano execução

Aproveitar a competência e experiência de profissionais sénior, em situação de pré ou pós-reforma, e estimulá-los a desenvolver projetos onde possam utilizar o seu *know how*, sobretudo em prol de terceiros, dentro ou não das suas empresas.

Propõe-se o desenho de programas à medida alargados no tempo e (de preferência) a decorrer nas empresas onde essas pessoas trabalharam.

Impacto da medida

O impacto será criado não apenas na pessoa (que sente que os seus *skills* continuam a ser aproveitados) mas na sua comunidade envolvente, já que o potencial de concretização de ideias - que até então ninguém teve hipótese de desenvolver dentro dos seus ecossistemas laborais - aumentará certamente.

Executores

Universidades, empresas e centros de formação.

Proposta 1.2 - Educação em cidadania, *soft skills* e inovação social

Plano execução

As competências dinamizadoras da cidadania, da participação cívica e da ética humanista são essenciais e, desejavelmente, devem ser trabalhados desde cedo. Como tal, propõe-se o desenvolvimento de competências sociais (trabalho em equipa, comunicação, liderança, pensamento crítico, criatividade, entre outras), desde os primeiros anos do ensino básico. Com conteúdos afinados de forma didática, com métodos pedagógicos inovadores (ex. através de *gamification)*, com a existência de um currículo construído com base em casos reais, incrementar-se-ão níveis de comunicação, liderança, auto-disciplina e trabalho em equipa e, paralelamente, uma consciência cívica sólida e uma forma ética e eficaz de encarar, gerir e viver a sua cidadania.

A universalização de *bootcamps* em Empreendedorismo Social para jovens em idade escolar são excelentes instrumentos para desenvolver estas competência e atingir estes objetivos.

Impacto da medida

Incremento enorme na capacidade de inovação, autonomia e participação cívica desta geração;
Criação de soluções inovadoras para problemas persistentes, através de maior participação e ação cívicas
Maior atenção às questões sociais e à colaboração em projetos comunitários.

Executores

Associações, Universidades, Centros de Formação e Escolas

Proposta 1.3 - Estágios profissionais em entidades da Economia social

Plano execução

Coordenar com entidades competentes (ex. IEFP) a alocação simples e célere de recursos humanos a entidades da Economia Social e *startups com impacto* que mostrem necessidade de recursos humanos em áreas concretas.

Esta alocação deve ser financiada pelo Estado, colmatando o problema do desemprego jovem e qualificado (e sénior) e da falta de recursos técnicos nas organizações, principalmente organizações sociais tradicionais e *startups* na fase inicial – que durante um ano possam ser financiados a 80-90% pelo Estado Português, com o mínimo de encargo possível para a entidade recetora.

O estágio deve ser de um ano e acompanhado de um processo de possível absorção do profissional na organização recetora ou outra.

Impacto da medida

Colmatar o problema da falta de recursos técnicos nas organizações e *startups* sociais e combater o desemprego jovem e qualificado (sénior).

Executores

Ministério do Emprego e Segurança Social

Proposta 1.4 - Comunidades de apoio local à Empregabilidade e Inovação

Plano execução

Criação, ao nível nacional, de respostas de proximidade e de base local, através da criação e desenvolvimento de uma rede de espaços de apoio nas áreas do emprego e inovação, formação/qualificação, e criação de negócios. Apostar-se-á na reconversão de competências (ex: competências sociais, digitais, gestão de projetos), promoção de competências empreendedoras, dinamização de projetos de intervenção comunitária e animação territorial que visem a promoção de comunidades mais sustentáveis e capacitadas para a resolução dos seus desafios endógenos.

Paralela e complementarmente seria interessante colocar o enfoque do desenvolvimento deste projetos empreendedores e geradores de emprego em iniciativas com impacto real (ex. gestão florestal, limpeza de praias, assistência à infância, saúde e outras) que resolvam problemas prementes da comunidade, criem emprego e possam ser promovidos pelos indivíduos ou comunidades locais.

Impacto da medida

Redução do número de desempregados, com especial impacto nas comunidades mais desfavorecidas e quebra do ciclo de pobreza
Maior acesso a ofertas formativas e consequente aumento das qualificações.
Redução do risco de exclusão social através da promoção das competências pessoais, sociais e profissionais contribuindo para uma maior autonomia e inserção na vida ativa.
Incremento do número de negócios/organizações de base local criadas
Redução da taxa de mortalidade dos negócios apoiados
Dinamização do tecido económico local
Diminuição das assimetrias socioeconómicas

Executores

Organizações que apoiem o desenvolvimento integrado de base local (Agências de Empreendedores Sociais, Agências de Desenvolvimento Local), Autarquias, IEFP.

2. Coesão territorial

As dinâmicas demográficas, registadas nas últimas décadas em Portugal, revelam que dois terços do território nacional, correspondendo, essencialmente, aos municípios do interior do país e também designados como territórios de baixa densidade, estão ameaçados pelo despovoamento e os seus inevitáveis corolários: a desertificação provocada pelo abandono de terras e das atividades produtivas conexas; o declínio das atividades económicas e a perda de massa crítica - demográfica, social, económica e até institucional - necessária para viabilizar projetos e investimentos geradores do dinamismo para manter níveis mínimos de ocupação do território; o acréscimo significativo dos custos de provimento de infraestruturas e equipamentos de uso coletivo; a rarefação de serviços públicos fundamentais e a correspondente degradação da igualdade de oportunidades e de condições de vida[1].

Neste sentido urge atrair para estes territórios atividade económica, atividades culturais, recreativas e população, que os possam dinamizar, que os possam alavancar e desenvolver. A fixação das populações, a atratividade destes territórios é necessária, possível e propomo-nos alavancá-la.

Proposta 2.1 - Programa de *Coaching* para Empreendedores Sociais em Territórios de Baixa Densidade

Plano de execução

Desenvolvimento de uma plataforma de suporte na qual mentores (profissionais experientes e altamente qualificados de diferentes áreas temáticas) e empreendedores sociais de territórios de baixa densidade, se registam e interagem Através desta plataforma, será realizado o *matching,* desenvolvido o projeto via social business CANVAS (ou outras ferramentas), através de plataforma[2], e parte do processo de *coaching,* que será alternado com visitas presenciais.

Poderá promover-se um concurso e programa de aceleração nas principais cidades do interior, terminando em Lisboa, por forma a fazer surgir e acelerar Iniciativas de Inovação e Empreendedorismo Social de todo o território nacional.

Impacto da medida

Espera-se no final de cada ano sejam apoiados 100 projetos (através de 50 coachs), resultando em 30 projetos com sucesso/ano.

Maior massa crítica social, económica e institucional, que permita alavancar processos de empreendedorismo e inovação.

Trazer competências, rede e até oportunidades de financiamento aos empreendedores sociais dos territórios de baixa densidade, apoiando, acelerando e conferindo escala a projetos em *early-stage* - contributo importante para a fixação de pessoas e para o desenvolvimento de projetos transformadores.

[1] Prof. Luís Ramos, UTAD, TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE, TERRITÓRIOS DE ELEVADO POTENCIAL: Acelerar o crescimento duradouro e a criação de emprego qualificado, 2014.
[2] Inspiração, por exemplo, na ferramenta *dreamshaper.*

Executores

Escolas de negócio em parceria com IAPMEI

Proposta 2.2 - Plataforma nacional de artesãos e unidades produtivas artesanais

Plano de execução

Desenvolvimento e criação de uma plataforma nacional, georreferenciada e pesquisável, onde serão agregados todos os produtores/artesãos certificados, assim como unidades artesanais e/ou outros produtores autopropostos - com possibilidade de produção participada (exploração do turismo-experiência).

O sistema de rating e avaliação pelos consumidores (pelo consumo do produto e pelo modelo turístico baseado na experiência e produção de produtos) é o sistema de validação da experiência. Experiência pesquisável por localização; sector; tipologia de atividade; possibilidade, ou não, de aquisição dos produtos produzidos de forma participativa.

Através da plataforma proposta, os visitantes/turistas terão acesso ao elenco nacional de artesãos e unidades produtivas artesanais.

Impacto da medida

A proposta tem por base um modelo de desenvolvimento que assenta na divulgação e valorização de um capital de conhecimento único, encarando-o como um produto. O desenvolvimento e dinâmica territorial dependem muito da capacidade dos territórios identificarem o seu potencial, construindo um posicionamento distintivo, criativo e inovador.

A par da divulgação de produtores/produtos, artesãos e pequenas unidades artesanais, esta plataforma irá promover uma nova dinâmica de desenvolvimento e (re)conhecimento dos processos de produção artesanal – evitando o esquecimento destas tecnologias e potenciando a valorização do capital humano e de conhecimento.

Espera-se que possam ser impactadas cerca de 2500 unidades produtivas artesanais atualmente inscritas no CEARTE.

Executores

Turismo de Portugal, IEFP, Comunidades Intermunicipais, CEARTE - Centro de Formação Profissional para o Artesanato e o Património, outras entidades interessadas.

3. Saúde

Em sociedades de cariz humanista, como aquela em que vivemos, a saúde é um direito universal - o nosso modelo de coesão social e suas premissas assim o exigem. Mau grado os inegáveis avanços globais na investigação biomédica e na qualidade de serviço das nossas redes de cuidados de saúde, esta enfrenta, nas próximas décadas, enormes desafios. Por um lado, as alterações demográficas com a cada vez maior longevidade - e consequências que tal acarreta na maior atenção dada às doenças crónicas. Por outro lado, necessidade de reforma dos sistemas de saúde nos países desenvolvidos em função dos custos crescentes da face ao crescimento económico e às possibilidades orçamentais (que já se sente na ineficiência de alguns sistemas prestadores). Por último, a evolução nas ciências da vida e a inovação tecnológica, nesta área, que traz novos desafios e oportunidades – as quais podem e devem se aproveitadas pela inovação social.

Proposta 3.1 - Uma nova abordagem à Saúde Mental

Plano execução

Reforçar a implementação da Rede de Cuidados Continuados de Saúde Mental, ativada através de uma rede e plataforma online, preventiva (de forma a trabalhar na infância e ao longo da vida) e curativa, com o reforço complementar no aumento de camas e espaços destinados a estes doentes em cada região de acordo com as necessidades.

A par desta medida seria interessante promover a incubação de soluções existentes internacionais com evidências de impacto e criação de concursos de ideias para a criação de novos produtos e soluções nesta área de forma a fomentar a inovação através da criação de novos serviços e produtos na área da prevenção, diagnóstico, tratamento e acompanhamento a pessoas com necessidades de apoio de saúde mental.

Impacto da medida

Melhor trabalho em rede e partilha de conhecimento, com registo contínuo do tipo de perturbações mentais nos cuidados de saúde primários, de forma disponível ao público, acessível e atualizada - com informação preventiva e curativa.

Melhor prevenção das doenças mentais direcionados nas escolas de forma pedagógica e capacitante com os professores e profissionais de saúde.

Melhores soluções de impacto para saúde mental em Portugal, reduzindo o consumo de antidepressivos para adultos e psicóticos para crianças, atuando de forma preventiva e não apenas curativa.

Executores

Ministério da Saúde, sociedade civil (escolas, organizações sociais) e empresas privadas na área da saúde mental, *startups* e outras da sociedade civil.

Proposta 3.2 - Saúde ao Domicílio

Plano execução

Massificar e divulgar ofertas da prestação de serviços de saúde privado ao domicilio, seguindo o exemplo das associações, que conseguem, com uma baixa prestação anual, proporcionar apoio de proximidade com profissionais de saúde qualificados.

Complementar estes cuidados com o uso da tecnologia, a ativação da rede social da pessoa, com maior enfoque em situações de pobreza, isolamento, deficiência e saúde mental (em especial, no caso dos idosos e crianças). Agilizar esta rede com acesso a serviços e produtos de proximidade, que garantam a o acesso à saúde e rede social de suporte (não só família como outras redes de suporte informais).

Impacto da medida

Reduzir o número de solicitações nos hospitais (evitando esperas, risco de saúde por contaminação e excesso de doentes para a capacidade dos mesmos) e reduzir o custo do tratamento com a deslocação (será muitas vezes inferior a um tratamento individualizado e socializado).

Poder, em casos de vulnerabilidade, fornecer uma ferramenta tecnológica para apoio em situações de emergência, assim como informações sobre produtos e serviços de proximidade existentes e possibilidades de socialização com a família e outras redes de suporte informais de proximidade, mitigando o risco de doença e seu agravamento.

Executores

Associações, prestadores de cuidados integrados ao domicilio, *startups* tecnológicas, Ministério da Saúde, Entidades responsáveis da proteção de dados.

4. Envelhecimento ativo

A maior longevidade que, felizmente, registamos nas sociedades atuais, vem trazer novos e importantes desafios. Desde logo, necessidade de garantir um envelhecimento mais saudável e ativo - com a otimização as condições de saúde (física e mental), a manutenção ou incremento da respetiva qualidade de vida ou o reforço da autonomia e dinâmicas de participação social. A inovação social, com base em princípios de pró-atividade, contribuição social ativa e maior interdependência e a solidariedade entre gerações poderá, pois, acrescentar valor com estratégias que conduzam a um envelhecimento mais ativo, feliz e realizado.

Proposta 4.1 - Estratégia Nacional de Desporto Sénior

Plano execução

Promover programas concretos, de base local, para prática desportiva e estilos de vida saudáveis, facilitadores da mobilidade e coordenação motora, através de projetos-piloto e boas práticas nacionais e internacionais de sucesso.

Será importante a avaliação do impacto social nos idosos e análise da respetiva eficiência e, a partir daí, sistematizar um conceito passível de replicação à escala nacional.

Criação de modelos de referência que possam ser tornados em ferramentas de formação e capacitação para uma replicação nacional num modelo municipal.

Impacto da medida

Obter respostas mais eficazes de saúde integrada para a população sénior, com oferta de atividade física
Retardamento da institucionalização dos Idosos
Incremento da qualidade de vida dos idosos e menor necessidade de cuidados de saúde e consumo de medicamentos.

Executores

Autarquias, Juntas de Freguesia, Associações.

Proposta 4.2 – Transformação dos Centros de Dia em Espaços Inter-geracionais

Plano execução

Conceber e implementar projetos-piloto de forma a validar o conceito da requalificação de Centros de Dia em Espaços Inter-geracionais, abertos à comunidade, capacitando os diferentes profissionais com base em práticas nacionais e internacionais de sucesso, onde estes espaços incorporam atividades para crianças idosos, serviços abertos à comunidade, etc.

Tal pressupõe a criação de espaços vivos, de aprendizagem e partilha e um conjunto de actividades, juntando diferentes gerações, com valor acrescentado para toda a comunidade. Permitirá troca de conhecimentos e aprendizagens com utilidade para qualidade de vida e novas realizações pessoais (ex. incremento da literacia digital junto dos mais idosos). Será importante a avaliação do impacto social e análise de eficiência/ eficácia e, a partir daí, sistematizar um conceito passível de replicação à escala nacional.

Impacto da medida

Incremento da qualidade de vida dos idosos
Maior e melhor diálogo e capacidade de aprendizagem intergeracional
Prevenção de problemas de saúde mental

Executores

Autarquias, rede das Misericórdias, IPPS entre outras organizações sem fins lucrativos

5. Ambiente e sustentabilidade dos recursos

A preservação do nosso planeta e dos seus ecossistemas é talvez o maior desafio que se coloca à Humanidade neste século XXI. De facto, o crescimento económico dos últimos 200 anos e os modelos de utilização de recursos ainda hoje prevalecentes não permitem a sustentabilidade da vida como a conhecemos. A inovação e empreendedorismo social tem um papel importante, quer na dimensão mais estratégica de procura de soluções, quer na vertente mais operacional de promoção da mudança de comportamentos nas nossas sociedades. Como tal, impõe-se a construção de agendas para tornar as nossas economias mais verdes e circulares, otimizando recursos e mitigando desperdícios e danos ambientais. Através de instrumentos de apoio à inovação nas energias limpas, de estratégias mais eficazes de gestão água e ar e da promoção de níveis de consumo e produção sustentáveis, muito haverá ainda por explorar e executar.

Proposta 5.1 – Plataforma de inovação para a economia circular

Plano execução

Criação de uma plataforma digital informativa, de matching e de capacitação para incentivar *clusters* da economia nacional a abandonar a lógica linear (extração de recursos, fabrico de produtos, consumo, produção e deposição de resíduos), maximizando alguns casos de sucesso e usando-os como benchmarking na chamada economia circular – a qual preconiza eficiência e redesign de processos produtivos, novos produtos, modelos de negócio inovadores e uma lógica de reaproveitamento e circularidade de recursos.

Tal plataforma seria a base de modelos de colaboração, ligando empreendedores e *startups* sociais com grandes empresas/ associações empresariais, alavancando criatividade e soluções inovadoras, que permitam cumprir com eficiência os vários estádios do ciclo (por ex. na logística inversa, que assegure retorno de materiais, componentes e produtos ao fabricante para novos ciclos de produção).

Impacto da medida

Promoção e incentivo de modelos inovadores que promovem o consumo sustentável, reutilização de recursos e processos produtivos circulares e verdes.
Maior colaboração e criação de sinergias entre atores que atuam segundos os princípios da economia circular.
Incentivar sectores e empresas a melhorar o seu desempenho ambiental, convertendo essa aposta em vantagens competitivas aos seus executores – reforçando os objetivos do plano de ação para a economia circular em Portugal 2017-2020 e aproveitando incentivos fiscais no âmbito da economia verde, conseguindo uma discriminação fiscal positiva mais robusta.

Executores

Governo, Empresas, Associações Empresariais, Centros de Investigação, Startups sociais

Proposta 5.2 - Programa “Urban Farming Portugal”

Plano execução

Aproveitando a atual tendência de valorização de agricultura nas cidades e suas periferias, desenvolver uma iniciativa multidisciplinar, eventualmente assente numa unidade de missão, com os seguintes objetivos: 1) massificar projetos de produção local de alimentos de qualidade elevada, num ciclo de produção mais curto, com proximidade ao cliente final e em terrenos reduzidos 2) construir um centro de competências e inovação, que agregue investigadores e *startups* na construção de práticas de referência, que maximizem eficácia e resultados destes projetos.

Impacto da medida

Incrementar número e escala dos projetos de agricultura urbana em Portugal.
Acrescentar níveis de autonomia nacional na produção de alimentos, reduzindo dependência externa e custo de circuitos logísticos/ de abastecimento, mais prolongados.
Promover um consumo de bens alimentares mais responsável, com base em produtos mais saudáveis e com um custo de produção e logístico inferior em termos económicos e embientais.
Posicionar Portugal na linha da frente da investigação científica e inovação social nesta área.

Executores

Estado central, municípios, associações de base local, *startups* orientadas para a agricultura**.**

Eficiência do ecossistema de empreendedorismo e inovação e social

6. Contratação pública

É hoje amplamente reconhecido que o setor público não tem capacidade nem poderá ter responsabilidade exclusiva para resolver os problemas sociais mais prementes das nossas sociedades, dado 1) a complexidade dos mesmos e 2) o desconhecimento de realidades mais locais, que carecem de soluções de proximidade e 3) o manifesto desafio na eficiência na afetação e gestão de recursos. A sua interligação e colaboração estreita com os outros agentes da economia é, pois, crítica para o sucesso das soluções encontradas e executadas, independentemente das várias formas de intervenção.

Como tal, é fundamental endereçar a agilização, eficiência e eficácia dos processos de contratação pública – em concreto torna-los mais flexíveis, transparentes e orientados ao impacto e aos resultados.

Proposta 6.1 - Contratação pública por resultados e impacto

Plano execução

Criar modelos de contratação pública com IPSS e outras organizações de impacto em função de resultados de mudança concretos e contratualizados, com uma medição de impacto que permita a sua verificação, mensuração – e, claro, melhoria futura através de processos de mudança mais eficientes.

Assentará num concurso em que organizações ou iniciativas de inovação social apresentam os seus serviços e o preço que incorrem na resolução do problema social. A entidade pública escolhe a iniciativa ou organização a contratualizar com base em evidência estatística rigorosamente criada e recorrendo a indicadores custo/eficiência e custo/eficácia, valorizando aquelas com capacidade de maiores resultados e impacto positivo.

Impacto da medida

A maioria dos serviços sociais contratados pelo Estado é feita em função de *inputs*, métricas de atividade (ex. número de idosos atendidos). Tendo em conta que o objetivo do Estado deve ser melhorar as condições de vida das pessoas em situação de fragilidade (e, consequentemente internalizar efeitos negativos e diminuir os custos de problemas para a sociedade), a contratação pública neste domínio, em particular pela segurança social, deveria ser feita em função de mudanças concretas (estado, comportamentos, etc.). Desta forma, assegura-se a criação e o financiamento de impacto e não o financiamento e suporte de inputs, com o risco de não se verificarem resultados. Caso as iniciativas comprovem a resolução de determinado problema a um custo inferior ao que o mesmo custa ao estado, o setor público acumula poupanças. Por outro lado, cria uma nova cultura de contratualização, mais focada nos problemas sociais e na sua resolução eficaz.

Esta medida seria um alargamento da experiência dos Títulos de Impacto Social, neste caso com financiamento público direto.

Executores

Instituto de Segurança Social e Instituições da Economia Social.

Proposta 6.2- Contratação (public procurement) com discriminação positiva no impacto social

Plano execução

Criar um novo regime de contratação pública assente em critérios inovadores, ecológicos e sociais na adjudicação dos contratos públicos - e que beneficie projetos e entidades que tenham obrigação de reinvestimento dos lucros em propósitos sociais (tal como menciona a iniciativa da Comissão Europeia para contratação pública eficiente e profissional).

Impacto da medida

A contratação pública anual na EU representa cerca de 14% do PIB da União Europeia e cerca de 10% do PIB em Portugal. Neste sentido, se estes valores forem adjudicados tendo em conta o benefício de contratações que promovam o impacto positivo na sociedade e valores de inovação, sustentabilidade e contribuam para a promoção da ecologia e da justiça e inclusão social, o seu impacto poderá ser muito significativo.

Desta forma, será possível que a concretização de investimento público dê preferência a projetos com impacto social e ambiental comprovado que demonstrem alinhamento com a sustentabilidade da sociedade e com o uso eficiente dos recursos. A preferência pelo critério de reinvestimento dos projetos em causa em causas societárias permite a exponenciação do impacto gerado. O Estado poderá contratar não só de acordo com critério de eficácia, mas também impacto e sustentabilidade.

Executores

Conselho de Ministros; Agências e Institutos responsáveis pelo financiamento público.

7. Cooperação inter-setorial para resolução de desafios comuns

Os grandes desafios sociais só podem ser resolvidos com abordagens holísticas e integradas. Desta forma promover a cooperação entre setores, entidades e atores económicos e sociais de forma a resolver os nossos problemas mais importantes é fundamental, na medida em que traz a junção de forças diferenciadas e complementares, promove a inovação, a criatividade e o aparecimento de respostas mais inovadoras.

Portugal tem desafios concretos nos próximos anos, que consideramos podem e devem ser resolvidos com cooperação intersectorial e respostas novas, para que os mesmos problemas possam ser definitivamente resolvidos. Por exemplo, colocar *startup*s com toda a sua energia, a resolver problemas em conjunto com grandes empresas e organizações estatais é fundamental. É crucial colocar projetos inovadores e com processos modernizados a cooperar com as Entidades da Economia Social mais tradicional, trazendo para o seio destas novas experiências, modos de trabalho e organização interna mais próximos das recentes inovações do mercado, de forma que este constante diálogo traga sinergias claras a todos, com benefícios multidirecionais e culmine com um trabalho conjunto mais eficaz e eficiente na resolução dos desafios de todos.

Proposta 7.1 - Criação de Action Tanks - Mobilizações Intersectoriais

Plano execução

O Estado Português deve definir os problemas sociais mais prementes no país, idealmente através de um processo de consulta e envolvimento de peritos em diferentes domínios, associando o contributo de empresas e entidades.
Após este levantamento, devem ser lançados concursos de resolução destes problemas, aos quais se devem candidatar consórcios de empresas, organizações sociais e estatais, que promovam a sua resolução com um plano ajustado e definido no tempo.
O financiamento destes projetos deve contemplar financiamento público e complemento de investimento privado.
Para obtenção de financiamento, os consórcios candidatos devem passar por critérios rigorosos de seleção e monitorização da implementação das ações planeadas.

Impacto da medida

Impacto definitivo na resolução dos problemas sociais mais prementes da sociedade, promoção da cooperação intersectorial na resolução de desafios conjuntos, promoção do envolvimento por parte dos privados e cidadãos em ações concretas e eficazes com impacto

Executores

Medida inicialmente alavancada pelo Governo Português, com possibilidade de desenvolvimento por um consórcio conjunto de entidades da economia social, empresariais e públicas, bem como universidades e centros de investigação.

Proposta 7.2 - Rede Nacional de Laboratórios de Inovação Social

Plano execução

Incentivar a criação de mais espaços que permitam a experimentação de novos modelos de intervenção e de criação de valor social – com stakeholders de diferentes setores (administração pública, empresas, universidades, entre outros).

Estes laboratórios de inovação social, numa primeira fase, poderão ser dinamizados informalmente como núcleos autónomos, experimentais, sedeados em universidades, empresas ou outras organizações; numa segunda fase, será desenvolvido um mapeamento de competências e estes núcleos poderão organizar-se em rede e candidatar-se a apoios financeiros mediante a apresentação de projetos devidamente estruturados.

Poderão ser desenvolvidos projetos com um horizonte temporal de 1 ano para a formação e dinamização dos diversos núcleos a nível nacional e 6 meses para formação de sinergias e preparação de propostas; um período de 6 meses para submissão das candidaturas, respetiva avaliação e atribuição de financiamento. A partir do segundo ano dar-se-ia início ao desenvolvimento dos projetos formais, pelas diversas redes de laboratórios de inovação social.

Impacto da medida

Criação de mais iniciativas de inovação social, locais e escaláveis nacionalmente.
Maior financiamento a projetos de teste na inovação social.
Maior cooperação intra e inter-sectorial.

Executores

Parcerias público-privadas, Estado e incubadoras privadas locais.

Proposta 7.3 - Criação de incubadoras sociais para aceleração de startups

Plano execução

Criar programas de incubação e aceleração social em Portugal, nas várias regiões que possam contribuir para a criação de mais iniciativas de inovação social em várias áreas, mas essencialmente na área digital e tecnológica, pela sua capacidade de replicação e crescimento.

A criação de incubadoras temáticas, associadas a desafios sociais concretos é também muito importante. Estas incubadoras podem ser desenvolvidas em parceria intersectorial e devem incluir parceiros do setor social, empresas que possam contribuir com expertise específico, mentoria e programas de acompanhamento e *coaching,* universidades e o setor público, como potencial cofinanciador e desbloqueador.

Impacto da medida

Aumento do pipeline de soluções inovadoras que se propõem resolver desafios sociais, reforço da sua capacidade de sucesso em fases iniciais e melhoria da sua capacidade de se estruturarem solidamente (melhoria de processos internos e tomada de decisão, por exemplo), de forma sustentável e replicável.

Criação de soluções mais aptas a receber financiamento privado e a contribuir definitivamente para a resolução de importantes problemas sociais, pela sua estruturação mais robusta. Redução da taxa de insucesso das iniciativas de inovação social e maior atuação junto das suas maiores falências estruturais, através de um processo de suporte contínuo desde o início da sua conceção.

Executores

Promotor privado disponível em consórcio com empresas, universidades, setor social e público.

8. Investimento social

Em Portugal, apesar do grande dinamismo na área de inovação e empreendedorismo social e um amplo desenvolvimento de iniciativas de impacto, estas muitas vezes ainda carecem de meios de investimento sólidos. Este desalinhamento entre iniciativas desenvolvidas, sua necessidade de financiamento e disponibilidade de capital e recursos, nos vários estágios, tem muitas origens e causas - desde a necessidade de maior competitividade das iniciativas de impacto, maior necessidade de capacitação e sustentação da sustentabilidade das mesmas, até à atratividade de capitais dispostos a investir com risco nestas atividades.
Desta forma, propõem-se aqui medidas que possam, do lado da oferta, promover mais investimento, trazer mais inovação ao mercado, mais capitais e mais capacidade de resolver eficientemente os desafios da sociedade portuguesa.

Proposta 8.1 - StartUp Voucher para iniciativas com impacto social

Plano execução

O StartUp Voucher é uma das medidas da StartUP Portugal - Estratégia Nacional para o Empreendedorismo, que dinamiza o desenvolvimento de projetos empresariais que se encontrem em fase de ideia, promovidos por jovens (18 aos 35 anos), através de diversos instrumentos de apoio - em projetos que beneficiem regiões menos desenvolvidas (NUTS II: Norte, Centro e Alentejo). A ideia desta proposta é alargar o startup voucher a iniciativas que se propusessem a solucionar um desafio social, alinhado com um dos Sustainable Development Goals (SDGs) através de uma iniciativa de inovação e empreendedorismo. Tal como no startup voucher, a iniciativa receberia, via promotores:

- Uma Bolsa - valor mensal atribuído por promotor para o desenvolvimento da IIES
- Mentoria - acesso a uma rede de mentores que forneçam orientação aos promotores;
- Acompanhamento de projeto;
- Prémio de avaliação intermédia - atribuição de prémios aos projetos que obtenham avaliação intercalar positiva em função do cumprimento dos objetivos de cada fase;
- Prémio de concretização - atribuição de um prémio à concretização do projeto e à constituição formal da organização que vai continuar a desenvolver a iniciativa.

Impacto da medida

Incentivar a criação de *startups* sociais e iniciativas da economia social, que se proponham a resolver desafios sociais concretos com soluções eficazes e sustentáveis, combate ao desemprego jovem e promoção do empreendedorismo social e seu ecossistema.

Executores

Ministério da Economia

Proposta 8.2 - StartUp VISA para o Impacto, para projeto desenvolvidos em Portugal

Plano execução

Tal como o Regime *Start Up* Visa em vigor desde janeiro de 2018 em Portugal, esta proposta pretende aplicar a mesma metodologia, para apoiar *startups* e empreendedores que se propõe resolver desafios

societais alinhados com o SDGs, com empresas ou entidades da economia social. O regime especial terá como alvos estudantes, empreendedores ou cientistas que pretendam iniciar ou desenvolver projetos em Portugal, com vários critérios:

O Startup Visa irá articular com entidades da economia social promotoras de empreendedorismo ou a rede nacional de incubadoras para certificar entidades que possam acolher cidadãos de estado terceiros que queiram criar iniciativas de inovação e empreendedorismo social em Portugal:

Para se candidatarem, os empreendedores terão de se inscrever numa plataforma online, sendo que os aprovados poderão integrar as incubadoras de impacto ou entidades de acolhimento certificadas e beneficiar dos seus incentivos ou apoios e espaço.

Para obter uma autorização de residência e trabalho deverá ter em conta os normais requisitos: serem atividades empresariais de bens e serviços inovadores, projetos centrados em inovação social, com uso de tecnologia e conhecimento, com perspetiva resolução de desafios sociais, potencial para criação de emprego e potencial para atingir um volume de negócios ou impacto positivos mensuráveis de 500.000 €/ano.

A avaliação do potencial económico e impacto é efetuada com base em critérios, tendo por base o grau de inovação, a escalabilidade do negócio, impacto social, sustentabilidade e empoderamento dos públicos alvo.

Impacto da medida

Apoio direto à atração de talentos, soluções inovadoras e entidades com impacto para Portugal.

Criação de um ecossistema que apoia o empreendedorismo social de excelência e beneficia quem quer instalar-se no nosso país para resolver desafios concretos com meios eficientes.

Executores

Ministério da Economia

Proposta 8.3 - Utilização dos ativos não reclamados no setor financeiro para investimento na inovação social

---

Plano execução

Existem dezenas de milhões de euros em ativos não reclamados no sector financeiro (dinheiro dos cidadãos que fica retidos em instituições financeiras) que revertem para o Estado no longo prazo mas sem accountability e prestação de contas da sua utilização.

Sugere-se, pois, criar um fundo vitalício (endowment) de apoio a políticas ativas de inovação social e de promoção do investimento social com base em ativos não reclamados no setor financeiro.

Impacto da medida

Alavancar fundos para financiamento a projetos sociais de grande dimensão e complexidade, que podem ter impacto positivo na sociedade.

Executores

Processo liderado pelo Banco de Portugal, envolvendo o Governo e uma nova entidade gestora do fundo a criar - seguindo o modelo e melhores práticas já implementados em outros países como o Reino Unido

e em processo no Japão. Este programa permitiria financiar o trabalho de uma nova Agência para a Inovação Social.

Proposta 8.4 - Entidade pública permanente que desenvolva a inovação e o mercado de investimento social

Plano execução

Propõe-se a criação de uma agência de inovação social criada a partir da Portugal Inovação Social, financiada não só pelos fundos europeus, mas também pelos ativos financeiros não reclamados e que seja um catalisador para a inovação social e promoção do investimento social.

Essa agência absorverá a equipa e funções da Portugal Inovação Social, que consolida assim um caráter permanente e que terá a tutela política da Presidência do Conselho de Ministros dada a sua natureza transversal.

Impacto da medida

Um suporte permanente do setor público ao desenvolvimento da inovação social em Portugal que permita incentivar o desenvolvimento de projetos inovadores, o sustento ao seu desenvolvimento quando necessário e o uso eficiente dos recursos públicos na promoção desta área de atividade.

Executores

Presidência do Conselho de Ministros

Proposta 8.5 - Criação Visto GOLD para quem investe em *startups* sociais ou donativos a entidades da Economia Social

Plano execução

Alargar o estatuto dos Vistos Gold para incluir nova categoria no regime da autorização de residência para investimento - a todos os investidores que quiserem investir mais de € 350.000 na Economia Social portuguesa (entidades da economia social) e *startups* sociais (empresas que estejam alinhadas com um propósito de impacto positivo claro). Este investimento pode refletir-se em investimento, donativos, desde que implique transferência de capital.

Impacto da medida

Aumentar o financiamento direto na Economia Social em Portugal e na resolução dos problemas sociais em Portugal, combatendo o problema de falta de investimento no setor e atraindo capital estrangeiro para o nosso país.

Executores

Governo - Ministério da Administração Interna

9. Questões legais

Apesar de serem muitas as questões e desafios legais que se colocam nesta área, desde a regulamentação do funcionamento das várias entidades do setor, estatutos legais, entre outros, a contribuição deste grupo vai no sentido de propor sugestões que possam resolver necessidades prementes e com efeitos de curto/ médio prazo, passíveis de alteração concreta.
A criação da Lei de Bases da Economia Social em Portugal, em 2013, aprovada por unanimidade no Parlamento, permite hoje uma regulamentação do funcionamento das entidades no setor social, a promoção da sua competitividade e operacionalização mais eficaz. Algumas entidades e atividades promotoras de impacto em Portugal, apesar de não incluídas nesta regulamentação, continuam ativas e incentivos à sua atuação poderão ser igualmente passíveis de trabalho conjunto num futuro próximo - como o caso de legislação que possa atuar favoravelmente junto de empresas que criam impacto positivo na sociedade.

Proposta 9.1 - Ambiente fiscal favorável aos prestadores de serviços gratuitos a entidades da economia social

---

Plano execução

Criação de um grupo multidisciplinar que trabalhe numa proposta de lei para um enquadramento favorável específico à prestação de serviços gratuitos a iniciativas sociais e entidades da economia social, no âmbito de prestação de serviços técnico vários, necessários à sua incubação e desenvolvimento.

Este grupo deve incluir *experts* das várias áreas de prestação de serviços como finanças e fiscalidade, tecnologia, comunicação e marketing, experts jurídicos e outros, que possam propor medidas que incentivem a partilha de serviços em favor das entidades da economia social.

Parte da execução destas medidas passa por um benchmarking internacional alargado.

Impacto da medida

Um dos grandes problemas das organizações da economia social é por vezes a sua falta de capacitação em competências técnicas especializadas e por vezes competências de gestão. O mesmo sucede com iniciativas em *early-stage*, ainda não têm as equipas e competências necessárias para desenvolverem a sua atividade e propósito social.

Assim, havendo muitas empresas com capacidade (recursos humanos especializados) e vontade de contribuir ativamente, seria do maior interesse que estas pudessem desenvolver atividades em favor destas organizações, beneficiando de um incentivo fiscal, pela importância do impacto e considerável benefício que estão a gerar na sociedade.

Executores

Governo, Ministério das Finanças e experts de prestação de serviços

Proposta 9.2 - Criação de uma Secretaria de Estado para a Inovação e o Empreendedorismo Social

Plano execução

Criação de uma tutela exclusiva das áreas de Inovação e o Empreendedorismo Social, sob a dependência do Conselho de Ministros, e que torne esta temática aplicável e transversal a todas áreas.

Impacto da medida

Irá permitir tornar esta temática transversal e fazer "pontes" com outras áreas da governação (educação, saúde, emprego, ambiente e outras), estimular aplicabilidade e escala dos projetos de inovação, estimular o financiamento e garantir que o impacto seja mais forte e holístico.

Executores

Conselho de Ministros

10. *Governance* das organizações na economia social

Nas últimas décadas, tem sido evidente a crescente importância da Economia Social em Portugal, que nos últimos anos tem vindo a ser fortemente propulsionada pelos processos inovadores do empreendedorismo social. O seu espaço de atuação é vasto e os seus agentes são muitos e variados. Desde cooperativas, sociedades mútuas, associações de desenvolvimento local, fundações, organizações não governamentais (ONG´s) e organizações religiosas (como as Misericórdias), desenvolvem as mais diversas missões: da solidariedade e assistência social à inclusão, da dinamização cultural e recreativa às intervenções de carácter ecológico e ambiental. Esta crescente relevância, escala e complexidade das organizações sociais vem trazer mais exigências em relação à forma como são governadas, geridas e controladas. A definição de regras de *governance*, a tomada de decisão, o controlo interno e maior profissionalização da sua gestão são imperativos a ter em conta. É preemente, pois, hoje e no futuro, uma maior transparência, *accountability* e eficácia institucional.

Proposta 10.1 - Alteração dos modelos de *governance* das organizações sociais

Plano execução

Modernização dos modelos de *governance*, seja através de modelos duais (com uma separação entre o poder decisório e o poder executivo) ou monistas (os dois poderes estão concentrados num único ator). Aplicar, nos modelos, os princípios básicos de *Corporate Governance* (Accountability, Transparência e Responsabilidade) tendo em contas as devidas adaptações de "orientação para o lucro" para "orientação para o impacto social". Devem ser assegurados níveis de monitorização do desempenho e controlo interno, quer em relação à eficácia do serviço prestado, quer na aplicação correta e eficiente dos recursos e promovida a profissionalização da gestão.

Será pertinente a criação de um Manual de *governance* para Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL), e sua disseminação de modo a promover a inovação e a eficiência nas organizações sociais em Portugal.

Impacto da medida

Criação de maior confiança nos agentes da economia social;
Maximização do impacto social e maior eficiência no uso dos recursos;
Imagem de rigor que possibilitará maior capacidade de atração de financiamento.

Executores

Federações, Universidades, Fundações e Escolas de negócios, possivelmente com suporte estatal.

Proposta 10.2 - Programas de Liderança e Gestão Social

Plano execução

O sucesso de uma entidade na área social está correlacionado com a qualidade de liderança e gestão. Como tal, propõe-se a criação de Bolsas para Programas de Liderança Social, para candidatos à liderança no sector social. Esta aposta é prioritária para colmatar a lacuna de competências nesta setor e área de atuação (*governance*, liderança, estratégia, finanças, modelos de negócio, gestão de processos e projetos, competências digitais e uso de *data science* para conduzir a inovação social), tal como tem sido feito no Reino unido, Canadá e EUA.

Impacto da medida

Uma liderança de organizações de impacto mais eficaz e com uma visão mais moderna dos modelos de gestão e inovação e visão do uso de tecnologia como alavanca para reduzir custos e ganhar escala.
Criação de redes de conhecimento e partilha entre líderes do setor social

Executores

Federações do setor e Escolas de negócios e liderança, possivelmente com financiamento parcialmente público via bolsas.

Proposta 10.3 - Criação de Certificação IPSS Líder

Plano execução

Criação de uma certificação com o objetivo de premiar as melhores instituições da Economia Social, através de critérios de qualidade ambiental, política de recursos humanos, impacto social, competitividade e de inovação.

Esta seria uma forma de capacitação através do exemplo, no qual o Estado, através do seu papel de supervisor, premiaria a gestão e valorizaria as boas práticas.

Impacto da medida

Promoção de uma saudável competição entre as várias entidades promotoras de serviço social com valor.
Melhoria na prestação de cuidados e serviços

Executores

Estado (Agências/ Institutos Públicos), Fundações, Universidades.

Conclusão e próximos passos

A inovação e o empreendedorismo social são as pedras basilares deste projeto, que o presente documento sintetiza, como contribuição colaborativa para um Portugal mais impactante e mais efetivo na resolução dos seus problemas sociais. Estas são, na nossa ótica, as ferramentas que consideramos essenciais para uma sociedade mais inclusiva, mais próspera e realizada no âmbito dos valores humanistas que subscrevemos, capaz de se autorregenerar e de colaborar na resolução dos nossos desafios conjuntos.

Nas páginas anteriores, foram focados temas essenciais, para o nosso tempo e o nosso espaço nacional, desde a educação, ao ambiente, à saúde e à organização política e social, que podem incorporar a inovação social como chave de uma atuação mais efetiva.

Propomos mudanças de contratação pública, propomos mais vantagens à colaboração de instituições e "empoderamento" de todos sem distinção, comunidades mais abertas à inclusão e à capacitação, propomos mais *benchmarkings* e mais orientação para a inovação. Propomos mais investimento, qualidade e eficácia nos projetos empreendedores e, nos mais tradicionais, propomos mais impacto.

A visão deste grupo, que a plataforma *Portugal Agora* dinamiza, e com o qual se propõe continuar a trabalhar, é a visão de uma economia, de uma sociedade e de uma *polis*, onde cada cidadão português é, não só aquele que da etimologia "habita a cidade", mas igualmente aquele que se propõe viver, com a plenitude dos seus direitos e deveres de contribuir para uma sociedade onde vale a pena estar. Propomo-nos informar e ajudar todos os cidadãos a viverem uma cidadania mais ativa, segundo os princípios do empreendedorismo social: com ações sustentadas e sustentáveis, inovadoras, com impacto e escaláveis.

O exemplo começa connosco, subscritores das estratégias e propostas presentes, que dando o primeiro passo, esperamos que muitos mais se juntem a nós neste esforço de intervir socialmente.

Assim fica o desafio: que vejamos a inovação social como instrumento que nas organizações sociais, nas empresas, no governo, nas escolas e na rua, nos permite identificar problemas importantes e negligenciados e nos impele a partirmos para soluções inovadoras e transformadoras!

Bem hajam e passemos agora da estratégia à ação!

Lisboa, 20 de março de 2018

A Equipa de Coordenação do Portugal Agora

Carlos Sezões
Filipa Pires de Almeida